

Bloco oficial só deve sair em fevereiro

Os principais líderes partidários que deixaram Brasília na expectativa de convocação extraordinária do Congresso na segunda quinzena de janeiro, não acreditam mais na viabilidade de blocos governistas nas duas casas para participarem das eleições das mesas diretoras. Aham possível organizar blocos na Câmara e no Senado para atuarem depois de 15 de fevereiro.

No Senado, na opinião de peemedebistas moderados, a liderança do Governo cometeu um "grande erro" ao formalizar perante a Mesa o bloco parlamentar de apoio ao Governo Collor. Um deles comentou que, com a oficialização "do bloco chapabrancas, eu mesmo ficarei de fora". A formalização do bloco governista perante a mesa do Senado foi referendada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Informalmente, o grupo oficial tem contado sempre com o apoio (discreto) de senadores do PMDB, nas votações secretas, entre os quais João Calmon (ES), Aloísio Bezerra (AC) e outros que continuam sem partido, a exemplo de Alfredo Campos (MG), Áureo Mello (AC), Carlos Patrocínio (TO), Francisco Rollemberg (SE). Pela decisão da Comissão de Justiça, senador sem partido não pode integrar bloco parlamentar formalizado.

Muitos prefeririam o "Frentão", uma frente parlamentar de sustentação político-parlamentar ao Palácio do Planalto, semelhante à que funcionou na Assembléia Nacional Constituinte - o "Centrão". Além dos senadores com mais quatro anos de mandato e que apóiam o governo Collor, os líderes moderados garantem que, entre os senadores eleitos pelo PMDB, alguns não terão atua-



Calmon não abandona o PMDB, mas Áureo Mello sequer hesitou

ção oposicionista, como Onofre Quinam (GO), Flaviano Mello (AC), Coutinho Jorge (PA) e Garibaldi Alves Filho (RS).

Os moderados eleitos poderiam apoiar o Governo em muitos casos, mas ficarão "arredios" com o bloco parlamentar formalizado e com liderança oficializada. "Eu sou amigo do Presidente, mas não posso entrar em bloco governista e muito menos deixar o PMDB", diz o moderado João Calmon, com mais quatro anos de mandato. Mais afoito, o senador Áureo Mello, de notória atuação governista, achou melhor deixar o PMDB e assinou ficha no bloco palaciano. Em janeiro, terá de sair do bloco ou escolher alguma legenda para se inscrever e permanecer.

Na frieza dos números, os senadores governistas, em fevereiro, somarão 36 cadeiras e os oposicionistas 41. O Palácio do Planalto já conquistou um senador que estava sem partido, Saldanha Derzi (MS), recém-filiado ao PRN. O senador Meira Filho (DF) trocou o PMDB pelo PFL, legalizando uma situação de fato, já que sempre votava com o governo Collor. Restam ainda quatro senadores sem le-

genda e que poderão apoiar o Planalto, somando 40 votos - um a menos que a bancada oposicionista. No PMDB, o Governo terá alguns votos, mais difíceis de agora em diante, pela oficialização do bloco governista.

Na Câmara, tudo indica que está morta e sepultada a idéia de setores do PFL e do PRN de se unirem em bloco parlamentar e disputar a presidência da Casa. O cargo será mesmo do PMDB. Os deputados governistas poderão organizar o bloco parlamentar, formal ou informalmente. O vice-líder do PFL, deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA), acredita que o governo Collor só terá maioria na Câmara se conseguir pelo menos a adesão de 25 a 30 deputados do PMDB. Esta adesão será inviável se o bloco palaciano for formalizado perante a Mesa Diretora, como aconteceu no Senado.

O equilíbrio na Câmara é praticamente idêntico ao do Senado: 247 deputados de oposição contra 236 deputados governistas. Sobram 16 votos do PL, ainda indefinido, e outros quatro do PRS, do governador eleito de Minas, Hélio Garcia.